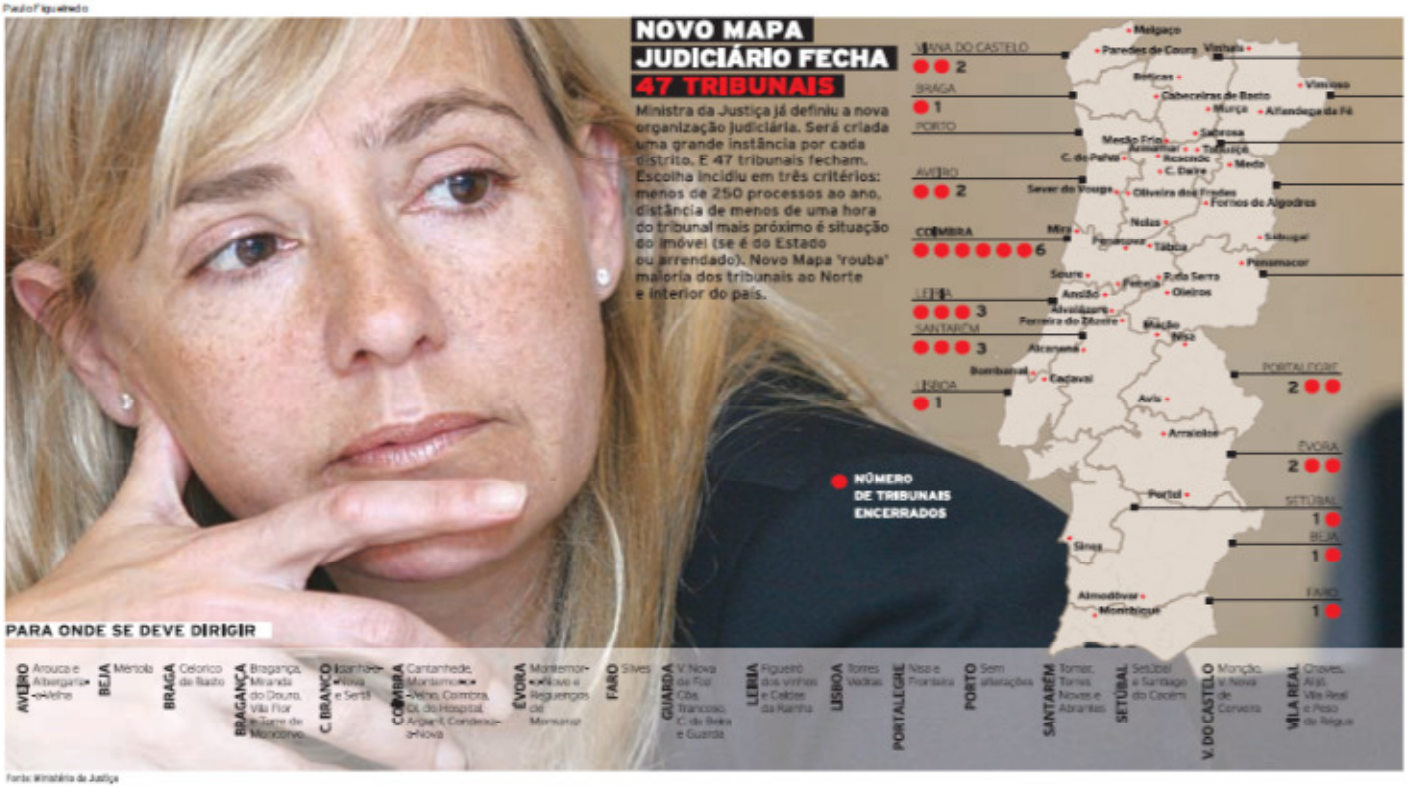
Diário Económico

30-01-2012

Paulo Figueiredo



Fonte: Ministério da Justiça

Ano judicial abre com críticas ao fecho de

Ministra encerra 47 tribunais e coloca 300 juízes itinerantes. Autarcas já prometeram lutar contra novo

Inês David Bastos
ines.bastos@economico.pt

Advogados, funcionários judiciais e juízes receberam com críticas e reservas a proposta da ministra da Justiça para o novo Mapa Judiciário, que encerra 47 tribunais em sedes de concelho e deixa sem posto 780 actores judiciários. Os autarcas atingidos nesta reforma – que perdem o tribunal – falam em "atentado" contra as populações ou "mais uma machadada" ao interior e prometem dar luta. É neste clima que se realiza amanhã, no Supremo, mais uma cerimónia de abertura do Ano Judicial, que reúne os protagonistas de topo da Justiça.

Na proposta que Paula Teixeira da Cruz já apresentou à 'troika' – que está agora em debate público – o Governo abandona o projecto de Sócrates de reduzir as actuais 231 comarcas para 39 e decide criar uma grande comarca de base distrital, isto é, 20 (18 no continente e uma comarca em cada Região Autónoma). Cada mega-comarca ou grande instância distrital terá secções especializadas a funcionar em diversos pontos do distrito, que respondem perante um só orçamento e um mapa de funcionários. Na sequência desta reorganização são extintos 47 tribunais/juízos, ficando excedentários 300 juízes, 400 funcionários judiciais e 80 procuradores, que integram uma bolsa para resolver casos urgentes de pendências processuais.

Os critérios usados pela ministra para justificar os encerramentos passam pelo volume processual expectável após a reorganização – tribunais que movimentem menos de 250 processos ao ano –, a distância entre o tribunal a encerrar e o que vai receber os processos (passível de ser percorrida em uma hora) e a qualidade das instalações. "Parece-me que o Ministério da Justiça se está a esquecer do critério mais importante, que é o do serviço aos cidadãos, o da justiça de proximidade", reagiu ao Diário Económico o presidente do Sindicato dos Funcionários Judiciais. Fernando Jorge quer saber como vai funcionar a 'bolsa' de funcionários que deixarão de ter um tribunal onde trabalhar e defende que "deviam acompanhar os processos que transitam para o tribunal mais próximo", sob pena de este se ver a braços com um aumento do número de acções paradas dada a falta de funcionários.

Quem já prometeu dar luta ao novo Mapa Judiciário foram os autarcas. Viseu, Vila Real, Guarda, Coimbra e Bragança são alguns dos distritos onde mais concelhos perdem um tribunal e os presidentes de câmara falam em "atentado" contra as populações e o interior do País. José Brito, autarca da Pampilhosa da Serra (Coimbra) – cujos processos passarão para Arganil – diz que as populações locais vão ter que fazer mais de uma hora de caminho para chegarem ao tribunal e acusa o Governo de fazer "um ataque aos mais pobres e carenciados". Os autarcas transmontanos – perdem quatro tribunais – já 'chumbaram' a proposta e em Viseu e Sines a contestação também começa a dar passos. A própria ministra, na proposta, antevia que "a concretização de tais opções de extinção conduzirá a alguma contestação local".

O Bastonário da Ordem dos Advogados insurgiu-se contra o fecho de tribunais no interior e a Associação Sindical de Juízes, embora aplaude o modelo de gestão (aqui o Governo manteve proposta de Sócrates), criticou o critério de "base territorial de nível distrital" usado pela ministra, que pode "levantar problemas na capacidade de resposta dos tribunais". Por imposição da 'troika' o Mapa tem que estar em vigor este ano. Até ao Verão, a proposta deve ser submetida ao Parlamento.■

Presidente da Associação Sindical dos Juízes, Francisco Martins, aplaude modelo de gestão mas critica organização com base territorial nos distritos.

Fernando Jorge, presidente do Sindicato dos Funcionários Judiciais, acusa Governo de esquecer critério da justiça de proximidade e serviço aos cidadãos.